

A CRISE EM PORTUGAL, NA EUROPA E NO MUNDO

Augusto Pires da Mota



Tecto de Nuvens

Título

A Crise em Portugal na Europa e no Mundo

Edição

Tecto de Nuvens, Edições e Artes Gráficas, Lda.

960131916; geral@tecto-de-nuvens.pt

www.tecto-de-nuvens.pt

Coordenação literária de

Teresa Cunha

teresacunha@tecto-de-nuvens.pt

Autor

Augusto Pires da Mota

Capa

Carla Pinto (fotografia de George MacLean)

Revisão

Tecto de Nuvens

Concepção Gráfica

Lígia Ramos para a Tecto de Nuvens

Paginação

Carla Pinto

© *Augusto Pires da Mota*

Direitos reservados segundo a legislação em vigor

ISBN: 978-989-8197-62-7

D.L. 394374/15

Texto baseado no novo Acordo Ortográfico

O conteúdo literário e plástico desta obra é da inteira e exclusiva responsabilidade do autor.

A gerência da Tecto de Nuvens

A fotografia de um menino, na capa deste livro, é um sinal de esperança e um incentivo ao nosso trabalho e criatividade, no sentido de nos empenharmos na construção de um mundo melhor para os nossos vindouros, que não tiveram culpa das asneiras por nós praticadas.

Uma criança é para a humanidade, novos e velhos, um dom maravilhoso, um mimo especial de Deus. Para os novos é uma presença que desafia; uma chamada que desinstala; um apelo ao trabalho denodado de todos os dias; um despertador para uma vida em construção; uma promessa para, depois de ser cumprida; uma existência para, mais tarde, recordar.

Para os mais velhos uma criança é a sobremesa da vida, o encanto de um entardecer; o último raio de um sol desmaiado, a despedir-se do dia.

«Mas as crianças, Senhor,
Botões do nosso jardim,
Porque lhes dais tanta dor,
Porque padecem assim?»

Como Afonso de Albuquerque, nos mares revoltados do Oriente, eu tomo nos meus braços, este menino, apontando-o, em súplica, na direção do céu:

- No meio duma crise imoral tão cruel e prolongada. Senhor, tem compaixão de nós, pela inocência desta criança.

Notas bibliográficas

Augusto Pires da Mota nasceu em Couto de Ervededo, Chaves, concluiu o Curso Teológico, em 1952, no Seminário de Vila Real. Ordenado Sacerdote, nesse mesmo ano, foi professor naquele estabelecimento de ensino e pároco em Vila Marim e Mondrões, nos subúrbios de Vila Real. Concluiu o Curso de Pastoral, em Madrid e a licenciatura, na Universidade Católica. Licenciou-se em História, na Universidade do Porto e lecionou em três liceus daquela cidade. Dedicou-se, intensamente, à pregação e foi Diretor Espiritual dos Cursos de Cristandade e militante do Renovamento Carismático Católico do Porto.

Obras publicadas:

«De Babel a Sião», 1º volume; «Missão, o Grande Desafio» e «Horizontes da Felicidade».

Obras preparadas para publicação:

«Vida, essência de Deus e elevação do Homem»; «Fracasso de Deus e redenção do homem», «Eclesiologias»; «Sofrimento»; «Religiosidade ritualizada», em dois volumes; 2º volume de «De Babel a Sião»; «Mundo-Cão»; «Doce Rabi da Galileia».

Com esta e com todas as outras obras, não se pretende fazer uma história com o rigor científico que lhe reconhecemos. Pretende-se, outrossim, uma obra de ética ou moralização de costumes, veiculada por uma linguagem literária, capaz de despertar sentimentos de beleza e aproximação de Deus.

Prefácio

«A Crise em Portugal, na Europa e no mundo» tem, na sua estrutura, realidades que todos conhecem pelos meios de comunicação social e sentem no quotidiano cinzento de todos os dias. A novidade não está nos factos aludidos, que eu não inventei; mas colhi em jornais e revistas, em reportagens radiofónicas ou televisivas. A novidade está no enquadramento teológico dos mesmos, área onde me sinto mais seguro e mais à vontade.

«Deus conhece tudo, mas ainda não conhece a minha versão», foi a resposta dum escritor a uma pergunta curiosa, que alguém lhe formulara sobre a motivação das suas obras, perante a onisciência de Deus.

Estudei e estudo a Teologia e parece-me que quanto mais estudo menos sei, tão vasto e profundo é este conhecimento. «Quanto mais estudo o Ser Divino, mais impossibilitado me sinto de O definir» foi a resposta dum Sábio ao rei de Siracusa, que lhe pediu uma definição de Deus. Estamos mergulhados no sobrenatural, o mistério acompanha-nos sempre: Deus em nós e nós em Deus e sempre mais além. Mistério assombroso da transcendência e da imanência.

Vamos tentando expressar esta realidade misteriosa e inefável através de aguarelas, aproximações muito esbatidas, reveladoras do nada que somos, “servos inúteis” e, no entanto, pincéis de que o Senhor se serve, como se diz na gíria dos Cursos de Cristandade. E esta é a virtude e dignidade humana.

O que sinto e o que sei não o quero, avaramente, só para mim, porque o bem é, por natureza, comunicativo: «Bonum diffusivum est».

A mulher que encontra a dracma perdida sente a necessidade de transmitir à vizinhança a felicidade que lhe vai na alma. Um livro é um ato de fé e de amor, de atenção e consideração pelas pessoas, às

quais se destina e um enriquecimento da sociedade onde estamos inseridos. Depois de editado, o livro deixa de ser do autor, pertence às pessoas que o adquirem e leem, é património do país. De mão em mão, vai continuando o seu caminho, deixando em cada pessoa uma mensagem, um pensamento, um facto, uma palavra, de que o Senhor se serve para despertar sensibilidades e tocar corações.

Encontrei, há dias, um homem da povoação de Agarez, freguesia de Vila Marim, Vila Real. Presidi ao casamento dele, já lá vão cinquenta anos. Misturámos sentimentos e lágrimas, num abraço amigo. «Recorda-se?», disse ele, «caminhávamos os dois de Agarez para Vila Marim, o senhor apanha uma flor na berma do caminho e pergunta-me: «Quem criou esta flor, quem deu a cor e a beleza a estas pétalas?...». Na povoação de Poiares, concelho da Régua, possuía uns coelhinhos ladinos e brincalhões, que se espreguiçavam, a todo o comprimento da coelheira.

A Catarina, com uns três anitos, chorava ao colo da mãe, na varanda da frente.

«Pouco barulho, que os coelhos estão a dormir...», dizia-lhe eu. «Não estão, pois não, mamã?», «Não, o teu tio está a brincar contigo.».

Entretanto, uma coelhinha, na ânsia de ser mãe, depelava-se, preparando o ninho aos futuros filhotes. Refleti: «Quem pôs no coração deste animalzinho tanto amor e tanta ternura?...»

A Palavra de Deus é formidável, não morre, permanece, fica e é recordada, nunca regressa sem produzir vida e vida com abundância, continua no tempo e no espaço, como o fio de água escondido no interior da terra, agindo e penetrando sempre, indo mais além, até aflorar à superfície, dando-nos a água que apaga a sede e da qual o Senhor falou à Samaritana: «fonte de água viva, que jorra para vida eterna».

Podia escrever sobre outros assuntos, para os quais tenho sido solicitado, mas, daqui não saio, daqui ninguém me tira. Se mais não posso fazer, escrevo, deixando, em cada livro, o anúncio do Reino de Deus, embora filtrado pela minha sensibilidade de homem crente e pecador.

Existem três sacerdotes, que, direta ou indiretamente me determinaram:

- O Cónego Filipe de Figueiredo, das poucas vezes que falei com ele, concluí que se tratava dum homem de grande compreensão e santidade, cuja influência perdura no tempo, através da Fraternitas, associação por ele afundada.

- Pe. Manuel Marques Vaz, pároco de Mafamude, Gaia, um homem virtuoso, do qual fui companheiro, amigo e colaborador. Deixou-me saudades este homem de Deus.

- O Pe. António Alves de Sousa, pároco de Gulpilhares, Gaia, homem inteligente e bondoso, pastor compreensivo e muito humano, dotado de uma grande riqueza de espírito e, com um jeito peculiar e atraente, para a comunicar. Um homem de bem e humilde, ao ponto de caminhar, igreja abaixo, no momento adequado da liturgia eucarística, para abraçar alguém com o qual houvera um «mal-entendido».

Uma referência especial ao Pastor Evangélico Leonel Ferreira, de Gaia e Espinho, pelo dinamismo do seu apostolado e, na parte que me toca, pelo bem que a sua palavra tem projetado na minha vida.

Nós passamos, mas estes homens ficam e são recordados com amor. Depois da páscoa, continuam vivos, a fazer o bem, a purificar a nossa memória. São as graças em carambola, de que se fala na gíria dos Cursos de Crisandade, é a força da Palavra de Deus.

Aos Grémios Literários e Departamentos da Cultura das Câmaras Municipais de Vila Real, Régua, Sta. Marta de Penaguião, Lamego, Chaves, Vila Nova de Gaia, Porto e Espinho, por todo o apoio que me deram, a minha gratidão.

Pátria

De princípio existia a família e nada mais. As famílias começaram a agrupar-se, sob a orientação e chefia do membro mais antigo, o ancião, originando o patriarcado e a tribo. As pátrias estruturaram-se com agregados de várias famílias da mesma ou diferentes línguas e raças, sob uma autoridade comum.

É erro pensar uma nação unirracial, vivendo num território contínuo.

Pela Bíblia e pela história, conclui-se que uma nação pode ser formada por pessoas de diferentes etnias, vivendo no mesmo território.

O Reino de Israel, constituído por um grupo de famílias hebraicas, foi agregando outras tribos e povos. O mesmo fizeram os imperadores, associando e integrando povos diferentes na grande comunidade nacional.

A nação é uma comunidade de famílias ou povos, sob a mesma autoridade que os governa, mantendo a ordem, administrando a justiça e providenciando pela defesa em relação aos inimigos externos.

A pátria não é uma abstração, pura construção conceptual e, muito menos, uma palavra de ressonância oratória, empolgada pelo estro de grandes épicos e epopeias.

A pátria é uma comunidade ligada por interesses comuns, povo que se foi, comunitariamente, formando num espaço geográfico, com o seu património histórico, cultural, moral e económico, com as suas belezas naturais e artísticas, templos, monumentos, cidades, casas e paisagens.

A pátria é um acervo de pessoas, uma família de homens, uma língua, uma cultura, uma paisagem, habitações, berços, túmulos, esperanças e memória coletiva, uma alma, um culto, uma raça.

A pátria é a grande família de todos os corações que batem em unísono com o nosso, que sentem os mesmos sofrimentos, abraçam - se com os mesmos amores, estremecem com as mesmas festas e alegrias e palpitam com as mesmas esperanças, em qualquer parte do mundo em que se encontrem.

Seja qual for o cenário internacional, dentro do contexto referido, todos os povos têm direito a uma pátria, ao arrepio de ódios e perseguições.

Há bem pouco tempo foram assassinadas três mulheres curdas, militantes da causa nacionalista do seu povo disperso.

Em 1920, a comunidade internacional assinou o tratado de Sèvres que garantia aos curdos o direito de formarem um estado independente num território ou pátria comum, que se estendia pelo Irão, Iraque, Turquia e Síria, onde mantinham a sua identidade nacional.

Aquele documento coincidiu com a conferência de paz que oficializou a derrota da Alemanha e do Império Otomano, ao terminar a primeira Guerra Mundial.

Em 1923, a comunidade internacional definiu o novo mapa geopolítico para o Médio Oriente, ignorando, por completo, o estado que tinha prometido aos curdos, os quais continuam na diáspora, dispersos, mantendo viva a esperança de uma pátria, como lhes foi prometido.

A descoberta de enormes reservas de petróleo, naquela região, esteve na origem desta reviravolta nas linhas de força da política internacional. O petróleo ocupou o primeiro lugar na engrenagem dos interesses internacionais, o estado curdo passou a ser um pequeno problema.

Dos trinta milhões de curdos que reclamam a sua identidade, como estado, 20% vivem na Turquia e 15% no Iraque.

As novas autoridades de Bagdad reconheceram oficialmente o Curdistão, acabando com o calvário dos curdos, às mãos do ditador do Iraque, Sadam Hussein. Na Turquia, a situação dos curdos é mais complexa, pois a maioria dos turcos não aceita a presença de tantos curdos no seu território, os quais continuam a afirmar as suas diferenças e aspirações a uma pátria.

Há sempre fanáticos capazes de levar até ao assassinio a rejeição dos curdos, como aconteceu às três mulheres referidas.

São justas e legítimas as aspirações das pessoas a um território a uma circunscrição territorial, a que chamam a sua terra, a sua pátria.

A nossa pátria é a terra querida santificada com o trabalho das nossas mãos e da nossa inteligência, regada com lágrimas do nosso sofrimento, da saudade dos nossos mortos, abençoada pelo odor das nossas virtudes e oração.

A nossa pátria é a terra, à qual Deus prodigalizou tanta luz e beleza, o país que os filhos amam como nenhum outro tem sido amado.

Quando os nossos soldados, marinheiros ou missionários partem para terras distantes em defesa da justiça, da paz e da fé, levam a imagem do seu país na alma e no coração; o nome abençoado da pátria aflora, constantemente, nas suas recordações; o pensamento voa para as praias saudosas da terra natal; banham-se de lágrimas os olhos, quando pensam no lar, doce lar de tantos amores e saudades e, ao regressarem, abraçam e beijam a terra amada, com entusiasmo e ternura: «Terra amata», a Gália, região de Paris.

Solidários com os soldados que, atualmente, partem em missões de paz e defesa dos direitos humanos, em terras, onde estão a ser violados ou ameaçados; solidários com os emigrantes que deixam as suas terras, em demanda de melhores condições de vida, noutros países, para todos eles vai o nosso coração, a nossa camaradagem, a nossa amizade e a nossa fé.

Embora longe, provamos-lhes, que o nosso espírito está junto deles, sentindo a mesma saudade, comungando a mesma nostalgia do lar distante, sofrendo as mesmas dificuldades e vibrando de um patriotismo saudável e fraterno.

Não podemos estar presentes fisicamente, mas, em espírito, estamos junto deles, para lhes suavizarmos um pouco o peso de tantas incertezas, privações e sacrifícios. À nossa solidariedade e à nossa oração não se opõem barreiras, ainda que sejam cortinas de ferro, todas as distâncias são ultrapassadas.

Rezemos, pois, para que Deus lhes dê a força, dedicação e patriotismo dos velhos portugueses de antanho, que, em paragens remotas, construíram cidades, queimaram a vida e derramaram o

sangue pela fé e cultura de outros povos, onde deixaram as nossas raízes e os nossos costumes, a nossa língua e os laços de amizade e interajuda que nos unem.

A pátria é uma solidariedade que liga os vivos aos mortos, o presente ao passado; é um entrelaçamento de raízes, donde sobe a seiva que nos alimenta.

«Sou eu e a minha circunstância», dizia Ortega e Gasset. «Eu sou eu e os milhões de mortos e de vivos, a multidão de costumes, lembranças e aspirações, acumuladas no decurso dos séculos, as obras e os ideais de beleza de tantos artistas, as investigações de tantos mestres, a valentia dos heróis, a virtude de tantas pessoas, as casas que eles construíram a paisagem que eles adoraram».

O passado é um conjunto de acontecimentos que se incrustaram na consciência coletiva da nação. Uma data histórica não é apenas uma efeméride com vista a suscitar um movimento de saudade ou um coro de elogios.

É a descoberta da própria imagem. O reencontro das causas que, hoje, nos explicam tais como existencialmente somos, frutos dum passado com perspectivas de futuro.

Recordar o passado é como que olhar para dentro de nós, onde descobrimos o que valem e somos. Recordar é viver.

Os túmulos dos nossos cemitérios são relicários, que guardam os nossos mais doces tesouros e as nossas melhores esperanças, despojos queridos dos humildes, nivelados com as glórias dos mais ilustres.

A pátria é o berço das nossas raízes, embalado, ao som dolente das canções ternas e meigas da mãe carinhosa e feliz, lugar onde recebemos os primeiros beijos do pai dedicado e as últimas carícias dos nossos avós.

O presente, vivido em Portugal, é o elo de ligação a um passado de independência, com D. Afonso Henriques e Nuno Álvares Pereira; missionários e santos como S. Francisco Xavier ou Sto. António de Lisboa; todos aqueles que fundaram nações como o Brasil, Angola, Moçambique e os povos que integram a comunidade lusíada; homens que levantaram cidades como Lisboa, Luanda, Lourenço Marques e Macau; ergueram monumentos como o Mosteiro da Batalha e Jerónimos. Passado que teve a expressão de

grandes historiadores e poetas, como Camões, que souberam interpretar a alma dum povo humilde e laborioso; políticos como Fernão Vasques, que soube dar voz ao clamor do povo ou João das Regras, defensor do Direito e da Justiça. Passado de portugueses, que, numa hora de sobrevivência nacional, colocaram o país acima dos interesses particulares e partidarismos políticos, para lutarem pela independência nacional. Passado de soldados e marinheiros, que experimentaram naufrágios, vitórias e derrotas e os engulhos do domínio estrangeiro.

Pátria de amores e recordações, terra dos nossos antepassados, toda perfumada de saudades e lembranças, que nos honram e enternecem.

Pátria, etimologicamente, está relacionada com a palavra «pater», pai e mátria com a palavra mater, mãe.

É a mansão, a terra dos nossos pais e, por extensão, dos nossos antepassados; solo nativo, povo, prolongamento, continuação biológica e moral dos nossos progenitores; braço estendido dum passado distante a um presente de exigência, responsabilidade e esperança.

Nação prende-se com o nascimento, é o lugar onde nascemos, espaço geográfico com influência no ser de cada um.

O género humano encontra-se dividido em nações com as suas peculiares características de geografia territorial e humana.

A palavra «pátria» está relacionada com a geografia humana composta de tradições, cultura e história dum povo, património humano tradicional, transmissível que vai passando de geração em geração.

Pátria e nação são duas palavras, praticamente sinónimas, no uso corrente, o qual não distingue os matizes de significação, em epígrafe.

A pátria é uma família amplificada, que se tornou nação, acervo de pessoas, relicário de direitos e deveres correlativos, de amor e serviço, que exclui todo o chauvinismo ou nacionalismo exagerado e patriotismo imperialista, que promove a conquista dos outros povos, com ambição de poder e domínio.

As palavras «patriotismo e nacionalismo», derivadas das matrizes, pátria e nação, têm nuances de significação própria, conotações um pouco distintas: «patriotismo» designa a dedicação que é devida ao

nosso país; «nacionalismo» é uma palavra conotada com um desvio, significa uma dedicação desordenada, com exagero, ao ponto de os outros, que não estão incluídos, no espaço geográfico designado pátria, serem desprezados.

A xenofobia ou exclusão daqueles que não têm a cor da nossa pele ou a nossa cultura, tem aqui a sua origem.

Desta feita, surgem as ditaduras ou nacionalismos violentos. Com a independência de muitos povos colonizados, deu-se a explosão de alguns destes nacionalismos, que não são justificáveis, mas podem explicar-se, mercê da escravidão imposta pelos colonizadores. No entanto, a procura egoísta dos próprios interesses e desprezo pelos direitos alheios e pelos imperativos éticos são de recriminar. Facilmente se despreza a dignidade da pessoa humana, os direitos de outros povos e até da religião, como valor absoluto.

Quando o interesse nacional se transforma na norma suprema da moralidade, os direitos do homem ficam subordinados às pretensas exigências dos interesses nacionais, interpretados segundo os critérios de cada governante. É o relativismo dos nossos dias e a pulverização da autonomia espiritual do homem.

A economia de austeridade foi elaborada a pensar no bem do país como um todo, onde as pessoas ficam diluídas, anónimas e desumanizadas, sem rosto, sem voz e sem vez, entregues a si próprias, numa solidão abandonada e cruel.

É a ditadura totalitária, segundo a qual o Estado pretende organizar não só a vida nacional, mas também social e intelectual e até a vida religiosa.

O Estado totalitário é aquele que absorve as funções públicas, que a família, a escola e as organizações económicas e religiosas desempenham.

O Estado é a mais elevada pessoa da sociedade, mas não é a única.

Quando o Estado absorve ou ignora as funções que pertencem aos «corpos intermédios», despreza o princípio básico da subsidiariedade. No uso corrente, identifica-se o domínio público com o Estado. É a Concepção totalitária estatal.

As escolas e meios de comunicação são públicos, pois estão vinculados à missão de ensinar, formar e informar, embora sejam de iniciativa estatal.

Todo o homem tem direito ao ensino.

O Estado é o guardião dos direitos das pessoas, garantindo a eficiência do sistema económico e educativo e da liberdade de informação.

O Estado completa e realiza aquilo que o sector privado não pode fazer, é a “função reguladora e supletiva do funcionamento da sociedade civil».

A missão do Estado não é de carácter doutrinal, mas vivencial, promovendo as instituições, os valores éticos e antropológicos, culturais, religiosos e étnicos, criando até espaços de formação e convívio fraterno, valorizando o protagonismo de cada um.

O Estado exerce o poder, num território, em nome e a favor do povo, protegendo-o física e socialmente, utilizando os meios necessários de desenvolvimento. Neste sentido, nunca deverá prescindir do monopólio energético do país, motor da economia e meio imprescindível de progresso dum Estado social sustentado.

Os povos estão convencidos que o Estado é, naturalmente, necessário para o ordenamento e administração da «res publica» e para a protecção da vida das pessoas e bem comum, harmonizando, com justiça, os diversos interesses sectoriais e deveres correlativos inerentes à situação e estatuto social de cada um.

Estas são as coordenadas, que balizam e nas quais estão condensados os fins, a natureza e funções de um Estado, que se diz social e, nisto, o consenso é generalizado.

No entanto, para tal desempenho, o Estado precisa do apoio popular e isto é o que vai faltando, no nosso país e não só, com a agitação social nas ruas, por vezes, dum violência tal que faz lembrar a selva dos primatas.

O Estado totalitário ou nacionalismo exagerado transforma-se numa ditadura espiritual absoluta, quando à luz do interesse nacional, os governantes pretendem definir a doutrina a crer e professar, impedindo qualquer outra e monopolizando a formação da juventude.

Este nacionalismo é um atentado aos direitos fundamentais do homem e dignidade humana, aos direitos das outras nações, pois o interesse nacional passa a ser um valor absoluto, uma idolatria e a paz uma palavra vã.

Contra este nacionalismo se insurgiu Pio XII: «Todas as nações, pequenas ou grandes, têm direito à autonomia», condição para a paz. A morte de um povo nunca pode ser a condição para o bem-estar e abundância de outro.

Tratados e convenções devem ser o apoio da justiça, que garante e defende as aspirações legítimas das minorias.

Com estes nacionalismos, é fácil cair na subalternização das religiões ao interesse estatal, considerado como norma suprema, v.g. o nacionalismo hitleriano. Nestes nacionalismos, a religião surge apenas no seu aspeto de bem-fazer temporal e social, fiel servidora dos interesses nacionais e não aparece como fundada por Cristo, no seu valor espiritual e transcendente universal.

Se a Igreja ou religião católica deixar de servir os interesses nacionais, de harmonia com os critérios dos governantes, será arrumada a um canto, “qual panela sem asa”, como sistema inútil e até indesejável, instituição considerada um obstáculo a remover pela perseguição e martírio. Assim aconteceu com Cristo e o discípulo não é mais do que o Mestre.

É o regresso aos particularismos de antanho, nos quais cada tribo, cidade ou nação tinha os seus deuses próprios.

Cristo, ao proclamar a união fraterna de todos os homens, opôs-se a todos estes particularismos, enriqueceu o património espiritual da humanidade, do qual o nacionalismo exagerado pretende despojar-nos.

O nacionalismo exagerado ou caciquismo não reconhece os direitos dos outros e arvora-se em dominador absoluto dos povos. Assim aconteceu na Alemanha de Hitler e acontece, ainda hoje em algumas nações novas, que vão emergindo, pela independência, de uma situação de escravatura e exploração.

O exagerado internacionalismo, que pretende destruir todas as fronteiras também pretende abolir o conceito de pátria, que une as

peças à sombra da mesma bandeira, com a sua cultura, costumes, língua e história.

Para além de todas estas tentativas, está a abrangência de Deus, do qual somos filhos e nos torna irmãos. Na transcendência, que se revela na humanidade de cada um, estão irmanados o amor à pátria e a solidariedade da grande família humana, o amor às coisas próprias de cada um, o amor à sua nação e o amor de todos os outros povos que integram a comunidade a nível planetário.

O patriotismo está relacionado com a religião, com os deuses de um país. As divindades do lar “lares” habitavam na terra, onde as pessoas viviam, eram a alma dos povos. Trabalhar e morrer pela pátria tornou-se um dever sagrado.

Este patriotismo sagrado tornou-se político, sendo absorvido pelo egoísmo da casta, do partido.

Para os hebreus a ideia da pátria assentava no regime teocrático e messiânico. Nos gregos e romanos, as lutas partidárias foram diluindo a ideia de pátria.

Entre nós, Nun’ Alvares Pereira, homem de fé e oração (S. Nuno de Santa Maria), rompe com as camadas aristocráticas do medievalismo, servindo-se das energias religioso-patrióticas populares, para garantir a independência nacional. Ao arrepiamento da corrupção da corte e daquele tempo, o Condestável prossegue uma aventura, coroada de êxito, alentada pela fé e alimentada pela oração.

Quando os exércitos romanos, comandados pelo imperador Marco Aurélio, caíram numa emboscada, em perseguição dos bárbaros que assolavam o império, os soldados cristãos romanos ajoelham e fazem violência ao céu, como o condestável de Portugal, em Valverde. Uma forte chuvada mata a sede dos soldados romanos, que, reanimados, investem e derrotam o inimigo.

Este é o segredo do verdadeiro patriotismo na defesa dos direitos dos povos à sua sobrevivência e autonomia.

Todos os povos, mesmo os mais pequenos, têm direito à sua própria vida, mas atualmente as pátrias convergem numa harmónica sociedade das nações, com respeito mútuo pelas diferenças, onde,

em pacífica convivência, cada povo leva o seu particular contributo à causa comum do progresso e da fraternidade.

Portugal deu uma ajuda muito significativa para a aproximação dos povos, sobretudo levando a fé como vínculo de união às terras mais distantes do planeta, a ponto de se formar uma comunidade lusíada pelos povos onde chegou a influência e civilização levada pelos portugueses.

A União Europeia é uma tentativa louvável, com benefícios enormes, sobretudo para as nações economicamente mais débeis que a integram.

Igreja e Europa não se confundem, mas também não se separam. A Igreja é divina e universal. A Europa pertence à história, que Deus conduz, respeitando as suas iniciativas.

Pelo batismo e pela graça somos filhos da Igreja; pelo sangue somos filhos da Europa.

Se a Igreja está sujeita à mudança na formulação das suas verdades, é imutável na estrutura. A Europa é uma civilização, com equilíbrio instável entre as nações que a integram e a humanidade inteira, da qual é um continente, realidade que Cristo inclui na sua herança: «Postulavi Patrem meum, dedit mihi gentes in hereditatem», - «A meu pedido, o Pai deu-me as raças e os povos como herança».

Todo o cristão é filho de Deus e do homem. Foi gerado pela Igreja no batismo e na fé, por isso, é filho de Deus, mas, como homem, tem um nome, uma raça, uma filiação, uma herança, uma língua, um temperamento, uma família, um país.

A Igreja é feita de cristãos, diferentes e unidos em Cristo. A Europa é feita de europeus e das pátrias com os seus cidadãos. Numa alma cristã única, dá-se o encontro do divino e do humano.

Todos os dons vindos da natureza e da graça devem viver harmoniosamente em cada cristão, aliança entre o céu e a terra, entre o tempo e a eternidade, entre a Igreja e o mundo.

Trata-se de construir uma Europa unida, em toda a sua amplitude humana e autenticidade cristã.

A Europa está condenada à união, para subsistir. A união é o preço a pagar, caso contrário, a Europa está ameaçada no seu

futuro, no seu imenso universo de desenvolvimento, na sua cultura. A união deve ser acompanhada do desejo de melhor servir o destino comunitário.

Formaram-se ao longo dos séculos, grandes comunidades de nações vinculadas pela solidariedade e interesses comuns. Desvaneceram-se os ressentimentos provocados pela exploração do colonialismo, estreitaram-se os laços de proximidade, tolerância das diferenças, interajuda e colaboração mútua em várias áreas do saber, da cultura, da economia e das finanças, a nível planetário.

Vivemos, atualmente, num mundo global, transformado numa aldeia de grandes dimensões, onde tudo se sabe, num curto espaço de tempo, mercê dos poderosíssimos meios de comunicação social. As boas e as más notícias correm à velocidade do som, despertando sensibilidades de interajuda internacional. O mundo é uma aldeia de grandes dimensões. A globalização é uma realidade incontornável.

Amor à pátria

O amor à pátria está radicado na alma humana, manifesta-se espontaneamente, sem qualquer outro estímulo exterior. Por isso, é o maior e mais abrangente dever para com ela.

«Ó minha terra, onde eu nasci,
Quantas saudades eu tenho de ti,
O amor redobra, com as saudades,
Tu és para mim o doce toque das trindades.»

A letra desta quadra é da autoria de Maria Almira, a Nisha, muito ligada à família Resende Dias.

Este poema, intitulado «Regresso», foi musicado pelo maestro Resende Dias, irmão de Júlio Resende, canção que foi popularizada por António Calvário, nos anos sessenta.

Esta poesia é uma epopeia, levemente hiperbólica, dos sentimentos mais profundos e sinceros para com a nossa terra, integrada numa pátria, que é nossa e à qual dedicamos a alma e o coração, subjetividade e valor anímico, que Fernão Lopes, no Prólogo da Crónica de D. João I, traduziu por “mundanal afeição, a qual non he salvo conformidade d’algũa cousa ao entendimento do homem”.

Deus criou toda a realidade sensível para fruição do ser humano. Concebido como uma estrutura animada e subsistente nos dois elementos constitutivos da sua natureza, a alma e o corpo.

Ora o nosso corpo não se alimenta nem cresce nem progride independentemente da alma, mas alimenta-se, cresce e progride mediante a integração das realidades sensíveis, que a alma faz suas, informa e vitaliza. É o que se deduz da «mundanal afeição» ou conformidade das coisas exteriores ao entendimento humano.

Fernão Lopes explica a falta de imparcialidade dos historiadores do tempo, atribuindo-a à subjetividade humana, isto é, à identificação do nosso entendimento com a realidade exterior: a terra onde se nasce ou vive, a pátria e o Mecenas do qual se depende economicamente, que, com toda a naturalidade, reduzem o espaço de manobra do historiador, levando-o a contar meias verdades, omitindo o que não convém e hiperbolizando o que concorre para o bom nome da sua terra ou do Senhor que encomenda a história.

Esta subjetividade ou tendência do espírito humano, segundo o grande historiador, é reforçada pela correspondência entre o corpo e a alma, de tal forma que estes elementos, constitutivos do ser humano, refletem os alimentos que se comem, resultando, desta feita, uma conformidade natural entre as nossas ideias e as nossas raízes.

Fernão Lopes cita Marco Túlio Cícero, mestre de Retórica e o mais eloquente dos oradores romanos, político e autor de livros de filosofia, segundo o qual «Nós não somos nados a nós mesmos, porque uma parte de nós tem a terra e a outra os parentes», não nascemos de nós mesmos, porque uma parte de nós vem da terra, da nossa terra ou pátria e a outra dos nossos progenitores.

Portanto, a tal «afeição mundanal» ou tendência subjetiva para favorecer os parentes, a nossa terra ou a nossa pátria, na história a contar, vem já dos cromossomas, no momento da fecundação. A

semente define o ser por ela gerado e imprime nele essa conformidade do espírito, em relação à terra onde se nasce, vive ou morre e aos parentes de que se procede.

A ideia de pátria remonta à madrugada dos povos. Por toda a parte, aparece aureolada das simpatias mais relevantes da raça, a inspirar o sacrifício mais heroico, o trabalho mais aturado, a abnegação mais constante, o esforço e doação total de povos e gerações, que, através dos séculos, imolaram a existência, nos altares sagrados da nação.

«Dar a vida é a última grande prova de amor», diz o Evangelho. O herói escreve, com lágrimas e sangue, a sua e a nossa epopeia. O sangue dos nossos heróis fecunda a terra da pátria.

O herói que morre vence a própria morte. O heroísmo é feito de imortalidade, fica na memória, é recordado com saudade, como uma referência, um ponto luminoso no meio da escuridão, um caminho a seguir.

Tudo aquilo que é universal não morre, pertence a todos, à humanidade, ao mundo, fica nas folhas, na literatura, na epopeia dos povos, na arte, no bronze das estátuas, que embelezam as praças das nossas cidades, fica no coração e na alma da pátria.

O herói fundiu-se no clarão da raça e a raça tem por si a eternidade.

O amor à pátria é uma exigência dos bens que ela nos oferece; dos sacrifícios daqueles que lutaram e até morreram pela sua independência e integridade; do esforço dos que trabalham para o bem comum, no campo, na fábrica, na escola e do qual todos participamos.

O amor à pátria é um dever de justiça para com todos aqueles que lhe entregaram o trabalho e a vida e é um dever de caridade para com aquelas pessoas que, apesar de todos os sacrifícios, se encontram em necessidade e dependência.

O amor à pátria é uma afirmação de respeito para com a dignidade de cada cidadão, em cujo número, nós próprios estamos envolvidos à partida, numa comunhão indestrutível e fecunda. Respeitando os outros, respeitamo-nos a nós próprios na nossa autenticidade de homens, membros e obreiros de uma comunidade fraterna, continuadores de todos aqueles que, nesta longa continuidade do tempo, contribuíram, com o seu trabalho, para o

progresso. A história devolve-nos, como num espelho, o nosso verdadeiro rosto.

A pátria não é um valor absoluto. Só Deus é único e só a Ele indivíduos e nações devem sujeição. Mas Deus não nos criou como seres solitários, não somos ilhas, mas membros de uma comunidade alargada. Somos seres em relação, refletidos uns nos outros, interdependentes, identificados numa língua, numa tradição, num espírito comunitário, numa aventura comum. Estamos embarcados no mesmo barco, de tal forma que ou nos salvamos todos ou nos afundamos juntos, em 1ª classe ou em 3ª, não interessa, o destino é igual.

Sejamos dignos desta admirável herança recebida dos nossos maiores, transmitindo-a à geração seguinte, com o mesmo entusiasmo e amor dos nossos antepassados. Orgulhemo-nos da nossa pátria, sirvamo-la com amor, carinho e dedicação.

O último número da revista «Flama», de Novembro de 1954, apresentou uma reportagem que me sensibilizou.

O famoso futebolista brasileiro Brandãozinho chora pela perda do seu grupo, frente à seleção da Hungria, no campeonato mundial daquele ano. Soldados americanos choram a morte dos seus colegas, no campo de batalha. Em Dezembro de 1941, perante o avanço dos soldados alemães, um francês chora pela sua pátria.

Nas Olimpíadas de Helsínquia, após o triunfo nos mil e quinhentos metros, o luxemburguês Barthel chora de alegria, ao ver subir, no mastro de honra, a bandeira do seu país, tão pequenino que lhe cabia no coração e tão grande, que o seu coração não podia conter.

Ao amor dos filhos para com os pais e ao amor dos súbditos para com a nação, S. Tomás de Aquino chamou «piedades». É um amor de preferências e predileção que está antes de qualquer outro.

Segundo S. Tomás, a justiça exige que se dê a cada um o que lhe é devido. Ora o maior credor do homem é Deus. A Ele se deve um amor religioso, sagrado, o maior dos maiores amores do homem: Amar a Deus, sobre todas as coisas, amar o Criador acima de qualquer criatura, pois Ele domina todos os seres criados com uma superioridade infinita, por isso, a Ele se deve um amor de religião, cordão umbilical que liga a criatura à fonte e origem da sua vida.

«Amar a Deus, sobre todas as coisas e amar o próximo como a nós mesmos»: os pais e a pátria, aos quais o Criador entregou o dever de providenciar pelo bem comum, material e espiritual.

Assim como respeitamos os nossos pais, também devemos respeitar e amar a nossa pátria, até à heroicidade de dar a vida por ela.

E assim como devemos aos nossos pais mais respeito do que a qualquer outra pessoa, embora mais culta, também devemos à nossa pátria mais respeito do que a qualquer outra realidade.

Diz Nietzsche: «A pátria não é a terra dos pais, mas dos filhos». Isto é, somos todos nós, que, no nosso metro quadrado, com o nosso trabalho, sacrifício e privações, vamos construindo a nossa pátria, herança recebida dos nossos maiores com a responsabilidade de a transmitirmos aos nossos vindouros, mais rica, livre e próspera.

Aos apáticos, indolentes, egoístas, parasitas sanguessugas, «comensais da mesa nacional», que vivem do subsídio conseguido com o suor dos outros, é preciso dizer-lhes que todos temos obrigação de trabalhar pelo bem comum.

Jesus amou o seu povo, a sua terra, a sua pátria, dentro dos limites convencionais das leis humanas; chorou publicamente, por ela, lamentando as suas desgraças futuras por não O ter escutado.

Sede imitadores de Cristo, diz S. Paulo. Amemos como Ele amou, amemos a nossa pátria e dilatemos o nosso coração às dimensões do mundo, que um Deus quis Salvar, fazendo-se homem pela encarnação, tornando-se universal e presente em cada um de nós, pela humanidade assumida, de tal forma identificado que o que fizermos ao mais simples dos nossos irmãos é como se fora feito a Ele próprio.

Sejamos generosos para com a nossa pátria, a nossa terra, obedecendo às suas leis, oferecendo-nos para a colaboração do bem comum, assumindo a nossa quota-parte de responsabilidade, tomando sobre os nossos ombros essa parcela da cruz, para que ela seja mais leve para todos. No entanto, o patriotismo de alguns, generoso e abnegado, não poderá cobrir o egoísmo de muitos parasitas.

O homem é um ser eminentemente social e boa parte das potencialidades desta dimensão realiza-se na sociedade pela integração na família, pátria ou nação. É na pátria que nós

encontramos o nosso próximo mais próximo, a quem devemos amor, segundo o mandamento da lei de Deus.

Se Deus nos manda amar todos os povos, ao nosso próximo mais próximo devemos um amor de predileção, interior, que está dentro de nós próprios, salta de dentro para fora, para os que nos rodeiam, o próximo mais próximo.

«Primeiro amai a vossa Pátria;
Às mais, depois, vez e hora:
No altar acendem-se as velas,
Mas de dentro para fora».

O amor de Deus é universal. «Propter homines», a salvação é para todos, esta é uma das verdades incontornáveis do Credo. No entanto, Cristo, Verbo de Deus Encarnado, enviado do Pai para a Salvação de todos, escolheu uma pátria, para nascer e viver, segundo Hebr. 5,7.

À sua Pátria o Senhor dedica uma ternura e um amor muito especiais, evocando as glórias religiosas e nacionais do seu povo e as grandes figuras dos seus reis e profetas: Moisés, David, Salomão. Jerusalém é, para Jesus, a cidade do grande rei David.

Toda a glória e esplendor de Salomão são comparados por Cristo, em confronto com a beleza da criação, na parábola dos lírios do campo, Mt, 6,29.

Para Cristo o templo é o símbolo das glórias nacionais. Por isso, Jesus chora sobre Jerusalém, antevendo a sua destruição.

Jerusalém esperguiçava-se pela encosta dum sobranceiro monte. O sol agonizava e beijava, naquela tarde morna do mês de Nissan, os velhos palácios de Sião, como se perdera uma esperança, como se alguém lhe apagasse a luz.

A cidade, que se chamava santa, tripudiava na devassidão, na indiferença e num legalismo periférico e hipócrita. A testemunha das maravilhas do Senhor rejeita o último aviso, fecha-se hermeticamente ao último apelo do Mestre e repele-O para os braços duma cruz.

Perante os olhos de Jesus perpassam cenas macabras: